Estratégia Concursos

Aula 00

Câmara dos Deputados (Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira)
Passo Estratégico de Economia do Setor Público

Autor:
Celso Natale, Leonardo Gadelha

21 de Junho de 2023

FINANÇAS PÚBLICAS

Sumário

O que é mais cobrado dentro do assunto? 2
Aposta estratégica 2
Roteiro de revisão e pontos do assunto que merecem destaque 3
Questões estratégicas 15
Questionário de revisão e aperfeiçoamento 22
Perguntas 22
Perguntas com respostas 23
Lista de Questões Estratégicas 26
Gabarito 28

O que é mais cobrado dentro do assunto?

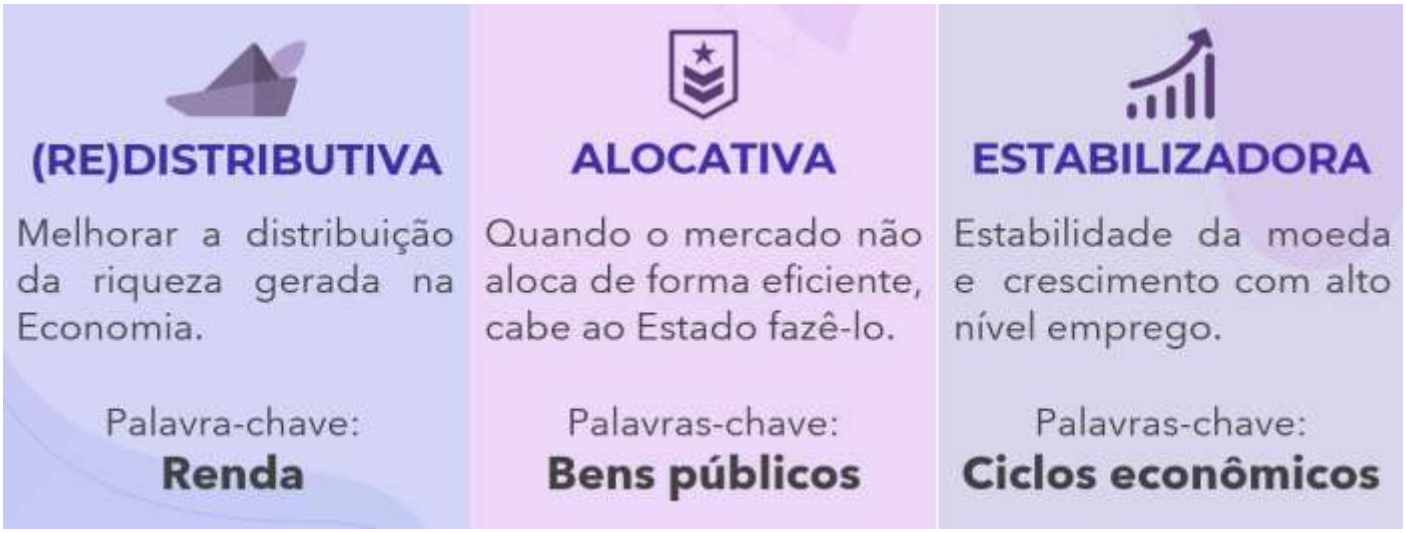
Considerando os tópicos que compõem os nossos assuntos, possuímos a seguinte distribuição percentual:

Tópico	% de cobrança
Definições de Finanças Públicas	21,53
Políticas Econômicas	30,76
Funções do Estado	24,61
Falhas de mercado	23,10

APOSTA ESTRATÉGICA

A ideia desta seção é apresentar os pontos do conteúdo que mais possuem chances de serem cobrados em prova, considerando o histórico de questões da banca em provas de nível semelhante à nossa[1].

Essa é uma excelente aposta, praticamente uma "barbada". As funções do Estado são o principal assunto em Finanças Públicas, e quando caem, em 90% dos casos, exige-se que você seja capaz de diferenciar cada uma das três funções. Então se liga no esquema a seguir:



[1] Vale deixar claro que nem sempre será possível realizar uma aposta estratégica para um determinado assunto, considerando que às vezes não é viável identificar os pontos mais prováveis de serem cobrados a partir de critérios objetivos ou minimamente razoáveis.

ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

A ideia desta seção é apresentar um roteiro para que você realize uma revisão completa do assunto e, ao mesmo tempo, destacar aspectos do conteúdo que merecem atenção.

Para revisar e ficar bem preparado no assunto, você precisa, basicamente, seguir os passos a seguir:

1. A primeira coisa que você deve saber sobre a disciplina de Finanças Públicas, é que ela também é chamada de Economia do Setor Público, uma área da economia que estuda o pagamento e o custeio das atividades públicas, assim como a administração e o desempenho destas atividades. O cerne da disciplina, ou seja, seu principal aspecto é a abordagem dos recursos públicos, sua obtenção e sua aplicação, que deve sempre ter por finalidade o atendimento das necessidades da sociedade.

    1.2 Quanto á abrangência, pode-se dizer que as Finanças Públicas abrangem a atividade financeira do estado (AFE), que contempla a origem dos recursos públicos (receita pública), sua aplicação (despesa pública) e, por fim, o resultado desse exercício: a dívida pública. A gestão desses elementos tem como ferramentas o orçamento público e no crédito público.

    1.3 Para executar sua atividade financeira, o Estado determina políticas econômicas (fiscal e monetária, principalmente).

2. Vamos começar pela Política Fiscal, que consiste nas decisões e ações relacionadas aos gastos e arrecadações do governo, que a utiliza para alterar no nível de produto da economia.

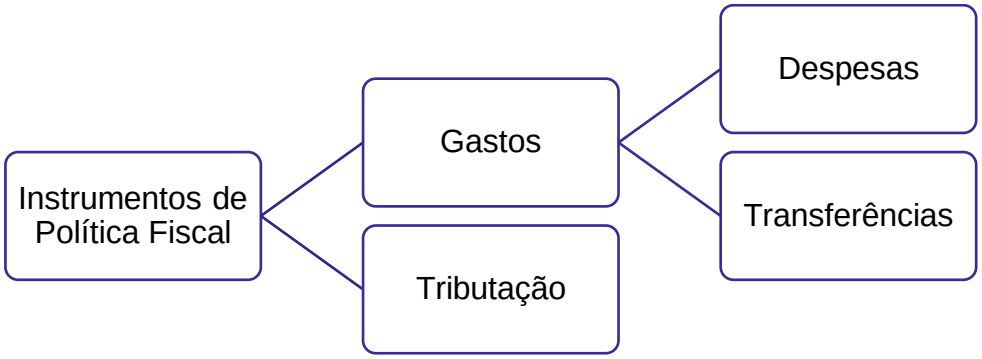
    2.1 O governo tem influência significativa na economia, pois participa ativamente dos mercados. O gasto do governo, por exemplo, é um componente relevante da demanda agregada. Em outras palavras, o governo consome. Por isso a forma como o governo gasta pode causar grande impacto no mercado.

    2.2 Os tributos que ele cobra, por outro lado, geram influência indireta, pois aumentam ou diminuem a renda disponível das famílias para consumo.

    2.3 No Brasil, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) é responsável por sua administração no âmbito federal, mas os estados e municípios também são agentes da política fiscal.

    2.4 Os gastos podem ainda ser divididos em despesas e transferências. A diferença é que estas não têm contrapartida, enquanto aquelas resultam no recebimento, pelo governo, de um bem ou serviço.

    2.5 Portanto, os instrumentos da política fiscal são: gastos do governo, transferência e tributação. A execução da política fiscal se dá por meio do orçamento do governo, que consiste na combinação desses três instrumentos.



2.6 Quando o governo aumenta seus gastos (G) ou reduz a tributação (T), dizemos que ele está adotando uma política fiscal expansionista. Simetricamente, quando o governo diminui seus gastos ou aumenta a tributação, estamos diante de uma política fiscal restritiva – também chamada contracionista.

2.6.1 Contudo, trata-se de uma análise dinâmica. Em outras palavras, para dizermos que o governo está adotando essa ou aquela política, comparamos dois momentos, e a variação dos gastos ou da tributação entre eles.

2.6.2 A tabela a seguir relaciona alguns exemplos de políticas fiscais restritivas e expansionistas:

Políticas Fiscais	
Expansionistas	**Restritivas**
Aumento no valor do Bolsa Família (↑G: transferências); Aumento dos subsídios dos servidores públicos federais (↑G: despesas); Construção de uma nova sede do Banco Central em Salvador (↑G: despesas); Redução da alíquota do Imposto de Renda (↓T: impostos); Isenção de IPI de eletrodomésticos (↓T: impostos).	Recriação da CPMF (↑T: impostos); Fechamento de delegacias da Receita Federal (↓G: despesas); Aumento de idade mínima para aposentaria (↓G: transferências); Redução de créditos subsidiados ao agricultor (↓G: transferências); Criação do Imposto sobre Grandes Fortunas (↑T: impostos).

2.6.3 Do ponto de vista econômico, as políticas fiscais expansionistas são adotadas quando o governo deseja aumentar a demanda agregada – daí o nome expansionista. Naturalmente, isso só deveria ocorrer em momentos de demanda reprimida, ou seja, quando a demanda efetiva é inferior à oferta potencial, e a economia opera abaixo de sua capacidade.

2.6.4 A adoção de política fiscal expansionistas em momentos de economia aquecida, quando a demanda já é alta, causa inflação, pois o governo adiciona sua própria demanda à pressão de preços.

2.6.5 O contrário também é válido: a política fiscal restritiva deve ser adotada em momento de superaquecimento da economia, de forma a aliviar a pressão inflacionária. Sua utilização em momentos de baixa atividade econômica tende a agravar a recessão ou comprometer o crescimento da economia.

3. Quanto aos objetivos da Economia do Setor Público, podemos resumir e definir que seus objetivos são:
► Fornecer bens públicos;
► Reduzir externalidades negativas;
► Reduzir assimetrias de informações;
Iremos definir e detalhar cada um desses termos, mas todos eles são decorrentes de falhas de mercado. O objetivo da Economia do Setor Público é compreender e corrigir falhas de mercado.

4 Falhas de Mercado são a causa de ineficiência dos mercados.

4.1 Em outras palavras: na presença de falhas, o mercado não consegue, sem ajuda, atingir uma situação ótima, na qual a sociedade obtém o maior nível de bem-estar possível.

4.2 As falhas podem assumir diversos tipos, dos quais são destaques nas provas: bens públicos, externalidades (positivas e negativas) e informações assimétricas (com destaque para o risco moral e a seleção adversa).

4.3. Antes de falarmos sobre falhas de mercado, convém definir que a eficiência que importa, em Economia, é a chamada eficiência de Pareto. Algumas vezes chamada “ótimo de Pareto”.

4.3.1 Eficiência (Ótimo) de Pareto, de acordo com Varian é “Uma situação econômica é dita eficiente no sentido de Pareto se não existir nenhuma forma de melhorar a situação de uma pessoa sem piorar a de outra.”

4.3.2 Seguindo essa lógica, se é possível melhorar a situação de um indivíduo sem piorar a situação de ninguém, estamos diante de um caso de ineficiência no sentido de Pareto.

4.3.3 Isso torna a eficiência de Pareto um resultado sempre preferível à ineficiência. Afinal, se podemos melhorar a situação de alguém sem prejudicar ninguém, por que não fazer isso?

4.3.4 A eficiência de Pareto é preferível à ineficiência, mas isso não significa que ela é perfeita. Imagine que há apenas dois indivíduos em uma economia. Um deles detém toda a riqueza e todos os recursos, enquanto o outro não tem nada. A situação é eficiente no sentido de Pareto, pois a única forma de melhorar a situação do indivíduo que não tem nada é piorando a situação do indivíduo que tem tudo. Por isso, é possível termos situações eficientes, mas socialmente injustas.

5. A compreensão desse relatório também passa pelo entendimento de que as Falhas de Mercado são causa de ineficiência dos mercados.

5.1 Na presença de falhas, o mercado não consegue – sem ajuda – atingir uma situação ótima, na qual a sociedade obtém o maior nível de bem-estar possível.

5.2 As falhas podem assumir diversos tipos, dos quais são destaques nas provas: bens públicos, externalidades e informações assimétricas.

6. Para começar a compreender os bens públicos, convém saber o que seriam bens privados,

6.1 Bens privados têm exclusividade e rivalidade como características de consumo. Elas tornam possível saber a quantidade e o preço pago pelo bem, por cada consumidor. Podemos individualizar o consumo dos bens privados.

6.1.1 Para exemplo de bem privado, pense no seu celular. Ele é rival e exclusivo. Rival, pois o fato de você ter adquirido ele impede que outra pessoa adquira o mesmo aparelho. Exclusivo porque o vendedor pôde excluir todos aqueles que não estavam dispostos a pagar o preço pelo aparelho.

6.1.2 Dessa forma, quem percebe maior utilidade no consumo do bem privado vai comprar quantidades maiores e/ou pagará preços maiores.

6.2 Os bens públicos são aqueles bens não rivais e não exclusivos. Então você já deve imaginar que sem rivalidade e sem exclusividade, como é o caso dos bens públicos, isso fica bem mais complicado.

6.2.1 Uma queima de fogos pelas cidades brasileiras na virada de ano, por exemplo, é não rival, posto que o fato de você desfrutar os prazeres visuais não impede que eu também o faça; e não exclusivo, pois não é possível, para o organizador, excluir as pessoas que desejem assistir ao show.

6.2.2 A não rivalidade também acarreta o problema chamado de caronas, ou free riders, que são os indivíduos que desfrutam dos bens sem contribuir para isso. “O carona” é o indivíduo que desfruta de um bem, recebendo seus benefícios, sem pagar nada por isso.

6.2.3 Por isso a Polícia, a Justiça e a segurança pública são financiadas por impostos. Também por isso a iniciativa privada não costuma se interessar em oferecer os bens públicos, cabendo ao governo esse papel. São exemplos de bens públicos: a limpeza das ruas, dos rios e do ar; a segurança nacional (forças armadas, Polícia Federal e inteligência); os museus; os parques; a solidez e eficiência do sistema financeiro; o poder de compra da moeda.

6.2.4 O que esses bens públicos têm em comum é não obedecerem à lógica de rivalidade e exclusividade. Pelo contrário, eles têm por características a não exclusividade e a não rivalidade.

6.3 Você deve compreender algo sobre a oferta de bens públicos.

9.3.1 Por serem não exclusivos, todos desfrutam dos bens públicos, pagando por eles ou não. Isso é muito diferente dos bens privados que, pode serem exclusivos, só serão consumidos por aqueles que pagarem, e digo mais: apenas por aqueles que pagarem o preço.

6.3.2 Já a não rivalidade significa que o bem não se divide, de forma que o consumo por uma pessoa não impede o consumo por outra pessoa, e isso traz uma consequência interessante: o custo marginal, que é o custo de produzir e ofertar uma unidade adicional de um bem, é nulo.

6.3.3 O governo investe alguns bilhões em segurança nacional. Esse é o custo de manter, entre outras coisas, soldados protegendo nossas fronteiras. Quando nasce um cidadão, esse custo não aumenta, mesmo que ele seja um novo consumidor dessa segurança pública. Isso porque o consumo do cidadão recém-nascido de segurança nacional não rivaliza com o meu ou com o seu consumo desse bem.

6.3.4 Por causa de suas características, os bens públicos impedem que os mercados alcancem a eficiência econômica, porque o sistema de preços não funciona adequadamente quando os consumidores não revelam suas preferências.

6.3.5 A solução é que os bens públicos sejam ofertados pelo governo e financiados por meio de tributos cobrados da sociedade. Dessa forma, o Estado age corrigindo essa falha.

6.4 Avancemos aos bens semipúblicos (ou meritórios), que ficam no meio do caminho entre os bens públicos e os privados.

6.4.1 Os bens meritórios são exclusivos, como os bens privados, mas são não rivais, como os bens públicos. Isso quer dizer que o consumo dos bens meritórios por uma pessoa não impede que outra também o consuma, mas é possível excluir indivíduos.

6.4.2 O melhor exemplo, que inclusive dá nome ao tipo de bens, são as universidades, que favorecem o mérito ao permitir o ingresso somente de quem passar no vestibular.

6.4.3 Os bens semipúblicos são privatizáveis, pois a exclusividade os torna interessantes para o setor privado ofertar, como é o caso do próprio ensino, e da saúde. Mas eles também costumam ser ofertados pelo Estado por gerarem externalidades positivas, ou seja, grandes benefícios para a sociedade em geral.

6.5 E para terminar, existem os bens rivais e não exclusivos: são os chamados bens comuns, dos quais os peixes no mar são o melhor exemplo, posto que a pesca por uma pessoa impede a pesca por outra, contudo não é possível impedir (em regra) que um indivíduo pesque.

7. O segundo tipo de falhas de mercado que veremos são as externalidades, efeitos que as ações de um indivíduo (ou grupo) têm sobre os demais.

7.1 Externalidades podem ser positivas, quando as ações do indivíduo trazem benefícios aos demais, ou negativas, quando trazem prejuízos. A poluição que uma fábrica lança ao

ar é um exemplo clássico de externalidade negativa, enquanto a limpeza residencial, que tem por consequência eliminação do famigerado Aedes, é um ótimo exemplo de externalidade positiva.

7.2 Do ponto de vista técnico, portanto, ocorre uma externalidade quando os custos sociais (CS) são diferentes dos custos privados (CP), ou quando os benefícios sociais (BS) são diferentes dos benefícios privados (BP).

7.2.1 Os custos privados são representados pelos efeitos internos de uma ação econômica. Os efeitos internos das ações econômicas não escapam ao registro do preço e são, portanto, consideradas no cálculo econômico dos agentes privados.

7.2.2 Os custos sociais, por sua vez, são representados pela soma dos efeitos internos com os efeitos externos que escapam ao mecanismo de preços e não são considerados nos cálculos do agente privado, quando este precifica determinado bem ou atividade econômica.

7.2.3 Quando os custos sociais excedem os custos privados, configura-se uma externalidade negativa. Nestas circunstâncias, haverá uma tendência de superoferta (produção maior que o ideal), porque parte dos custos de produção será absorvida por outros agentes que não o inicial.

7.2.4 Uma medida alocativa (intervenção do governo) adequada seria, por exemplo, a imposição de um tributo sobre a produção deste bem, com vistas a desencorajá-la. Outra medida viável seria a aplicação de multas à medida que as ações prejudiciais à coletividade fossem detectadas.

7.2.5 Os benefícios privados são representados basicamente pelos lucros auferidos pelo agente privado e não escapam ao mecanismo de preços. O benefício social, por sua vez, é a soma dos efeitos internos com os externos que escapam ao mecanismo de preços.

7.2.6 Quando os benefícios sociais superam os benefícios privados, temos uma externalidade positiva; os benefícios que o produtor concede à sociedade são maiores que aqueles pelos quais estará sendo compensado via mercado.

7.2.7 Dessa forma, haverá tendência à sub oferta do bem ou serviço (produção menor que o ideal). A medida alocativa para corrigir esta sub oferta seria, digamos, a concessão de um subsídio à firma/indivíduo, de forma a encorajá-lo a aumentar a produção.

7.2.8 O sistema de mercados não tem como ajustar os preços a essas divergências, visto que as externalidades não são mensuradas nos preços praticados. Desse modo, as responsabilidades na promoção dos ajustes são transferidas para o governo, que poderá corrigir essas falhas mediante incentivos às externalidades positivas e desincentivos às externalidades negativas.

7.2.9 Observe que essas situações representam falhas de mercado, uma vez que, em mercados competitivos, as ações dos agentes devem estar refletidas no

mecanismo de preços. Estes, por sua vez, são resultado da livre interação entre oferta e demanda.

7.2.10 Se temos externalidades, há tendência à sub/super oferta/demanda, o que faz com que o mercado se afaste do resultado competitivo (concorrência perfeita).

7.2.11 Segue agora um quadro com um resumo sobre as situações em que há externalidades negativas ou positivas:

Situação	Externalidade	Medida interventiva/regulatória + exemplo
BS=BP	Não há	-
CS=CP	Não há	-
BS>BP	Positiva	Incentivo à externalidade (subsídio, incentivo fiscal).
CS>CP	Negativa	Desincentivo à externalidade (tributação mais elevada, multas, proibição).

A regra básica é esta: quando um benefício social (BS) – ou "algo bom" para a sociedade – supera uma coisa boa ou um benefício para o particular (BP), teremos externalidade positiva, que deve ser incentivada pelo governo. Por outro lado, quando um custo social (CS) - ou "algo ruim" para a sociedade - supera um custo ou algo ruim para o particular (CP), teremos externalidade negativa, que deve ser desincentivada.

7.3 São duas as principais causas das externalidades: ausência de direitos de propriedade e custos de transação.

11. E para fechar as falhas de mercado, temos as Assimetria de Informações, que ocorrem quando uma das partes de uma transação possui informações que a outra parte não tem.

11.1 A assimetria de informações está presente em muitas relações de consumo: quando você compra um carro usado e o vendedor esconde defeitos, quando você compra um alimento industrializado sem saber as substâncias nocivas em sua composição, quando você assina sua internet banda larga sem perceber que a conexão raramente tem a velocidade contratada.

11.2 O principal exemplo, contudo, possivelmente são os contratos, especialmente os financeiros, pois os elementos relevantes para a realização de uma transação financeira não são totalmente transparentes, isto é, nem sempre há livre disponibilidade de informações relevantes a todas as partes envolvidas na transação.

11.2 O papel do governo é, então, diminuir essa assimetria dando à parte mais "fraca", geralmente o consumidor, direitos de obter as informações que precisar para tomar sua decisão de consume.

11.3 É importante notar que as assimetrias de informação assumem duas modalidades mais cobradas: o risco moral e a seleção adversa.

11.3.1 O conceito de risco moral (em inglês, moral hazard) está presente quando existe a possibilidade de uma das partes alterar seu comportamento, de forma prejudicial à outra.

11.3.1.1 O melhor exemplo é o seguro de automóvel. Antes de adquirir o seguro, o motorista toma todas as precauções do mundo: dirige com cuidado, para o carro em estacionamentos para não ser roubado etc. Depois de comprar o seguro, existe o risco de essas precauções serem abandonadas, em prejuízo da seguradora.

11.3.1.2 Ao mesmo tempo, a ação do agente de uma das partes não pode ser controlada e/ou não pode ser verificada, ou seja, a condição para o problema de moral hazard (risco moral) existe quando a ação do agente não é verificável ou controlável.

11.3.1.3 Ainda dentro do conceito de risco-moral, há o subtipo do problema agente-principal, que consiste no risco do agente, designado pelo principal para determinado objetivo, agir em benefício próprio, em detrimento dos interesses do principal.

11.3.2 Já a seleção adversa está relacionada à escolha acidental daquilo que é justamente o contrário do que se pretendia.

11.3.2.1 Esse risco está presente nos bancos, que cobram taxas altas por seus empréstimos como forma de cobrir eventuais inadimplências de alguns clientes. Contudo, os bons pagadores podem ser repelidos pelas taxas altas, enquanto péssimos pagadores sem intenção nenhuma de honrar seus empréstimos não se importarão com taxas altas.

▪

11.3.3 Um tipo de informação assimétrica é a chamada informação privilegiada. Trata-se da informação que algumas pessoas podem ter sobre fatos que não são de conhecimento público. Por exemplo: analistas da Comissão de Valores Mobiliários avaliam planos de fusões entre empresas antes de se tornarem públicos. Algumas dessas fusões podem provocar aumento do preço das ações das empresas. Se os analistas da CVM comprassem um monte de ações das empresas, poderiam vender logo depois que a fusão se tornasse pública e o preço das ações disparasse. É por isso que eles são proibidos de investir em ações.

12. Embora diferentes posições políticas e econômicas divirjam sobre o papel do Estado, mesmo a corrente liberal reconhece que existem papéis que o mercado não é capaz de cumprir.
Dessa forma, o que aprenderemos aqui é pacífico, para fins de prova. Começando pela evolução nas funções do Estado – ou do governo.

12.1 A visão clássica das funções do Estado na economia tem como grande nome Adam Smith, filósofo e economista britânico que defendia que a intervenção do Estado na economia deveria ser mínima.

12.1.1 Essa corrente de pensamento é conhecida pelo termo laissez-faire (deixe fazer), indicando que o melhor que os governantes poderiam fazer é não atrapalhar a iniciativa privada, pois as forças naturais do mercado agiriam como uma mão invisível corrigindo distorções, promovendo eficiência e distribuindo bem-estar.

12.1.2 Mas note bem: Adam Smith e os clássicos não defendem que o ser humano e a sociedade são seres de luz que se esforçam para o bem comum e do próximo; o cerne do pensamento é que com cada indivíduo e empresa buscando seus interesses egoístas, o saldo seria positivo para a sociedade como um todo.

12.1.3 Por exemplo: as empresas buscariam lucros, é claro, mas só poderiam obtê-los se fossem capazes de servir aos interesses do consumidor, que por sua vez só conseguiria uma boa renda ao se capacitar e, dessa forma, atender aos interesses das empresas. Como num ciclo virtuoso de eficiência.

12.1.4 A visão clássica delimita que o Estado deveria exercer apenas as seguintes funções: Defesa Nacional e Justiça.

12.1.5 Os próprios clássicos admitiam que os tais interesses egoístas dos agentes podiam, em suas versões exacerbadas, ou seja, violando o direito alheio, provocar danos aos demais indivíduos. Nesse caso, caberia ao Estado prover e garantir a justiça interna e proteger os interesses da nação frente outros Estados.

12.2 No final dos anos 1890, o papel do governo em economias capitalistas começou a aumentar, primeiro em decorrência de monopólios e cartéis (oligopólios coordenados) que haviam surgido, especialmente nos Estados Unidos, onde essas empresas tinham poder de fixar seus preços muito acima dos níveis que proporcionariam bem-estar ao consumidor.

12.2.1 Essa forte concentração da oferta nas mãos de poucas empresas, além de prejudicar o consumidor, concentrava a renda, colocando em dúvida a atuação da "mão invisível", levando o governo norte-americano a proibir monopólios na indústria, bem como a formação de cartéis para fixação de preços.

12.2.2 Mas o fato que realmente legitimou maior atuação do governo na economia foi a quebra da bolsa de Nova Iorque em 1929 e a Grande Depressão dos anos 1930, quando o mundo mergulhou na sua maior recessão da história moderna, com altíssimos níveis de desemprego.

12.2.3 Nesse contexto, em 1936, outro grande nome da economia ganhou notoriedade: John Maynard Keynes. Ele defendia uma intervenção direta do governo na economia, inclusive por meio do aumento dos gastos públicos em momentos de recessão, além da regulamentação dos mercados.

12.2.4 De acordo com Keynes, o mercado não poderia, sozinho: distribuir a renda de forma justa; prover os bens e serviços de que a sociedade precisa, no valor justo e no local onde ela precisa; evitar grandes solavancos na economia.

12.2.5 As funções básicas do governo na economia têm relação com a correção ou, ao menos, mitigação das falhas de mercado, situações nas quais as forças mercadológicas não conseguem, sozinhas, gerar eficiência.

12.2.6 São três principais funções mais aceitas atualmente, que recebem os nomes de: função alocativa, função distributiva e função estabilizadora. Toda a intervenção do Estado na economia é baseada nas funções básicas.

- Distributiva

- Alocativa
- Estabilizadora

Naturalmente, devemos aprofundar cada uma dessas funções, pois este é o assunto mais recorrente em provas que veremos neste relatório.

13. Começando pela Função Distributiva. O governo deve buscar distribuição justa, sob o ponto de vista da sociedade, da renda. A renda é aquilo que os agentes pagam em troca do uso dos fatores de produção capital, trabalho e terra. Contudo, a distribuição entre esses fatores pode ser considerada injusta, especialmente no que tange ao trabalho, que é o fator que os trabalhadores "vendem" no mercado, enquanto capital e terra pertencem aos empresários ou ao governo.

13.1 A função distributiva é relacionada à redução das diferenças econômicas e sociais da população. Grosso modo, o governo exerce essa função sempre que, de alguma forma, favorece as camadas mais carentes da população, em detrimento ou não das mais ricas.
Os instrumentos utilizados nessa função são:

- Transferências;
- Impostos (tributação);
- Subsídios.

É por meio da combinação desses instrumentos que o governo pode distribuir a renda. Ele pode, por exemplo, tributar mais as classes de renda mais alta, e depois transferir esses recursos diretamente para as camadas mais pobres da sociedade. Em vez de transferir, também é possível subsidiar a população mais carente, ao pagar uma parte dos bens adquiridos por essa camada da sociedade.

13.2 O exemplo mais claro em nossa economia é o programa Bolsa Família, que é uma política de redistribuição de renda. Contudo, há diversos outros exemplos: o subsídio habitacional do Minha Casa, Minha Vida, o programa Fome Zero, as alíquotas progressivas do imposto de renda (a alíquota do imposto aumenta conforme aumenta a renda tributada).

13.3 A assistência social é outra clara manifestação da função distributiva, uma vez que trata justamente de garantir condições mínimas para aqueles mais necessidades e/ou incapazes de prover as necessidades mais básicas para si mesmos e suas famílias.

13.4 O mesmo pode ser dito da previdência social, que é um mecanismo público de proteção social e subsistência proporcionados mediante contribuição do segurado e de empresas.

14. A função alocativa consiste, basicamente, na regulação ou fornecimento de bens públicos ou semipúblicos (como saúde e educação).

14.1 É assim devido às suas características de não rivalidade e não exclusividade, que tornam seu fornecimento para a sociedade algo que não atrai as empresas. Que firma estaria interessada em fornecer bens ou serviços pelos quais ela não é capaz de cobrar, de forma minimamente eficiente, dos consumidores?

14.2 Cabe, portanto, ao governo:
A. Determinar quais bens públicos serão ofertados, para quem, e em qual quantidade;
B. Determinar quem pagará por eles.

14.2.1 O item A tem grande dependência do processo político, pelo qual a sociedade manifesta, por meio de eleições e manifestações, quais bens públicos ela está "demandando".

14.2.2 Já o item B, determinar quem pagará pelos bens públicos, é um problema particular desses tipos de bens, decorrente de sua não rivalidade e não exclusividade. O problema surge pois não é possível, como ocorre no mercado, fazer com que o consumidor dos bens públicos manifeste qual valor está disposto a pagar pelo bem público, bem como não é possível impedir que indivíduos desfrutem dos bens públicos sem pagar nada por eles, ao que se dá o nome de problema do carona, que veremos agora sob o ponto de vista da função alocativa.

14.2.2.1 Problema do Carona (Free Rider): "O carona" é o indivíduo que desfruta de um bem, recebendo seus benefícios, sem pagar nada por isso. O problema surge da não exclusividade no caso de bens públicos, ou de externalidades positivas. Como exemplo, podemos citar um show de fogos de artifício, a iluminação pública, asfaltamento, ou qualquer bem público que você possa imaginar. A forma de resolver o problema do carona é tornar compulsório o pagamento pelos bens públicos, o que o governo faz por meio de taxas ou outros tipos de tributos.

14.3 Essa função de alocação dos recursos se manifesta, também, sempre que o governo "tira" recursos de um lugar para colocar em outro, de forma a aumentar a eficiência de sua utilização. Um bom exemplo é a transposição de um rio para favorecer comunidades.

14.4 Portanto, a função alocativa do governo consiste em complementar a ação do mercado, quando ele falha, no que diz respeito à maneira como os recursos são utilizados, ou melhor, à alocação dos recursos na economia de forma eficiente, quando o mercado não consegue alcançar esse resultado sozinho.

14.5 Isso nos leva aos conceitos de Estado produtor, financiador e regulador:
► Estado produtor: produzindo diretamente bens e serviços à sociedade.
► Estado financiador: fornecendo recursos financeiros, como empréstimos ou subsídios, para que o mercado atue de forma mais eficiente.
► Estado regulador: controlando as atividades econômicas, por meio de normatização e fiscalização.

14.5.1 Embora não sejam excludentes, ou seja, o Estado desempenhe todos os papéis ao mesmo tempo, a Economia Brasileira é marcada por períodos nos quais prevaleceu uma ou outra forma de atuação – de maneira mais evidente – e conhecer essas passagens da nossa história econômica recente pode ser bastante elucidativo.

14.5.2 Começando pelo papel de produtor, caracterizado pela forte presença de empresas de propriedade do Estado – as estatais – e por sua criação, algo muito claro durante os anos pós-guerra, contemplando os governos de Dutra, Vargas e JK. Nesse período foram criadas empresas como a Petrobrás e a Vale do Rio Doce, notáveis exploradoras de atividade econômica.

14.5.3 O Estado financiador, por outro lado, não é muito recorrente em provas e na literatura brasileira, mas é possível identificar esse papel a partir de 1964, com ampliação do crédito ao setor privado promovida pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), Banco do Nordeste, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco Nacional de Habitação. Até a década de 1980, conhecida pela crise da dívida, esse papel foi bastante intenso, dada a dificuldade de obter financiamento privado, especialmente de longo prazo.

14.5.4 Por fim, o papel de regulador é considerado uma evolução da atuação do governo. Ele se manifesta quando o Estado intervém limitando as liberdades dos agentes econômicos por meio de normas e fiscalização de seu cumprimento, com o objetivo de aumentar a eficiência econômica e o bem-estar da sociedade. Quando o Estado age como regulador, ele permanece como titular, mas o setor privado é quem executa a atividade ou serviço público, cumprindo as exigências legais e regulamentares.

15. Pode-se afirmar que a função estabilizadora consiste em proporcionar à economia crescimento, alto índice de emprego e preços estáveis.

15.1 O PIB, a inflação, o desemprego, a balança comercial, a taxa de câmbio, e vários outros indicadores econômicos variam ao longo do tempo, e cada mergulho provoca prejuízos à sociedade.

15.2 Mas não é apenas a degradação dos indicadores que afeta negativamente a população. A própria instabilidade é prejudicial: os agentes ficam inseguros em investir em países cujas economias parecem montanhas-russas.

15.3 Essa função ganhou força depois do maior mergulho que a economia mundial moderna já viu: a Grande Depressão (1929). Percebeu-se que o mercado não era capaz, pelo menos no curto prazo, de evitar grandes distorções e desequilíbrios.

15.4 Cabe, portanto, ao governo buscar atenuar os chamados ciclos econômicos e as oscilações, usando as políticas econômicas (fiscal, monetária e cambial) para tanto.

15.4.1 Por exemplo: ao notar queda na atividade econômica, o governo pode adotar a política fiscal expansionista, aumentando seus gastos para tentar reaquecer a economia.

15.4.2 Um aumento da inflação, por outro lado, pode ser combatido com a política monetária contracionista: com menos moeda circulando, os produtores têm menos incentivos para subir os preços de seus produtos.

15.4.3 O aumento da taxa de câmbio (se indesejado) pode ser combatido com a política cambial. Pensando no dólar como um produto qualquer, é natural que seu preço suba quando a demanda por dólares supera a oferta de dólares disponíveis no país. Nesse caso, o Banco Central pode entrar no mercado vendendo volumes expressivos de dólar, aumentando assim a oferta e pressionando o preço da moeda estrangeira para baixo.

QUESTÕES ESTRATÉGICAS

Nesta seção, apresentamos e comentamos uma amostra de questões objetivas selecionadas estrategicamente: são questões com nível de dificuldade semelhante ao que você deve esperar para a sua prova e que, em conjunto, abordam os principais pontos do assunto.

A ideia, aqui, não é que você fixe o conteúdo por meio de uma bateria extensa de questões, mas que você faça uma boa revisão global do assunto a partir de, relativamente, poucas questões.

1. (FGV/ECONOMISTA MIN. CULTURA - 2006) A respeito das falhas de mercado, assinale a alternativa correta.

a) Quando o mercado aloca recursos de forma ineficiente, não há falhas de mercado.

b) A existência de bens públicos é característica de mercados perfeitamente competitivos.

c) A presença de externalidades é um exemplo de falha de mercado.

d) O governo não deve atuar quando há assimetria de informação no mercado, pois tal fato não é falha de mercado.

e) O monopólio, como forma de competição perfeita, não se caracteriza como falha de mercado.

Comentários:

a) Incorreta. Quando o mercado aloca recursos de forma ineficiente, ~~não~~ HÁ falhas de mercado.

b) Incorreta. A existência de bens públicos é característica de FALHAS DE MERCADO.

c) Correta. A presença de externalidades é um exemplo de falha de mercado.

d) Incorreta. O governo ~~não~~ DEVE atuar quando há assimetria de informação no mercado, pois tal fato não É falha de mercado.

e) Incorreta. O monopólio, como forma de competição IMPERFEITA, ~~não~~ se caracteriza como falha de mercado.

Gabarito: "c"

2. (FGV - Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental/CGM Niterói/ 2018) Acerca do conceito de bens públicos, analise as afirmativas a seguir.

I. O bem público é aquele não rival e não exclusivo, tal como uma praça ou parque.

II. A característica de rivalidade dos bens semipúblicos favorece o surgimento dos free-riders (caronas).

III. Os recursos naturais são exemplos de bens meritórios, já que dependem de políticas públicas para a sua manutenção.

Está correto o que se afirma em:

a) I, apenas.

b) II, apenas.

c) III, apenas.

d) I e II, apenas.

e) I, II e III.

Comentários:

Aqui, é importante conhecer os conceitos de **rivalidade e exclusividade.** Um bem é rival quando o consumo de uma unidade do bem reduz a quantidade disponível para outros consumidores. Já para o bem excludente é possível excluir uma pessoa do consumo deste bem.

Vamos às alternativas:

I. O bem público é aquele não rival e não exclusivo, tal como uma praça ou parque.

CORRETA. Os bens públicos devem ser, necessariamente, não rivais e não exclusivos.

As praças e parques são bens públicos, pois em regra, não é possível privar uma pessoa de seu consumo (não exclusivo). Além disso, o fato de mais pessoas utilizarem esse bem não impede que outras utilizem (não rivalidade).

II. A característica de rivalidade dos bens semipúblicos favorece o surgimento dos free-riders (caronas).

ERRADA. A alternativa apresenta dois erros:

1► Bens semipúblicos são não rivais e exclusivos. Ou seja, o consumo desses bens por uma pessoa não impede que outra também o consuma, mas é possível excluir indivíduos.

2► O surgimento dos free-riders decorre da não exclusividade. Free-riders são os indivíduos que desfrutam dos bens sem pagar por isso.

III. Os recursos naturais são exemplos de bens meritórios, já que dependem de políticas públicas para a sua manutenção.

ERRADA. Bem meritório é outra denominação para bem semipúblico (**não rivais e exclusivos**).

Em regra, os recursos naturais são considerados bens públicos. Em alguns casos, no entanto, podem ser considerados como um bem comum (rival e não exclusivo).

Tenha em mente o seguinte: a não rivalidade vai até certo ponto. Se um recurso natural for amplamente utilizado, podemos nos deparar com uma situação na qual o consumo por mais uma pessoa prejudicará o consumo das demais.

Gabarito: "a"

3. (2010/FGV/RECEITA ESTADUAL AP/Fiscal) As alternativas a seguir apresentam fatores que contribuem diretamente para o aumento da demanda agregada para um nível de preços dado, à exceção de uma. Assinale-a.

a) A redução do imposto de produtos industrializados (IPI).

b) A redução das compras do governo.

c) O lançamento de um programa de investimentos em infraestrutura pelo governo.

d) O aumento das exportações líquidas do país.

e) O investimento em uma nova fábrica de sapatos no país.

Comentários:

O aumento da demanda agregada pode ser atingido por meio de políticas fiscais expansionistas (alternativas "a" e "c"), ou pelo aumento de outros componentes da demanda agregada (alternativas "d", exportações, e "e", investimentos).

A alternativa "b" traz um exemplo de política fiscal contracionista e, portanto, não contribui para o aumento da demanda agregada.

Gabarito: "b"

4. (FCC/2015/TCM-GO/Auditor Conselheiro Substituto) Os bens públicos têm por característica serem

a) bens rivais e excludentes.

b) bens rivais e não excludentes.

c) bens não rivais e excludentes.

d) apenas bens não excludentes, podendo ser rivais ou não rivais.

e) bens não rivais e não excludentes.

Comentários:

Os bens públicos puros são não rivais e não excludentes. Isso elimina todas as alternativas, exceto nosso gabarito.

Se tivesse falado de bens “semipúblicos”, a alternativa “c” seria o gabarito.

Contudo, quando vier apenas “bens públicos”, tome por bens públicos puros, que precisam ser não rivais e não excludentes.

Gabarito: “e”

5. (FCC/2013/SEFAZ SP/Agente Fiscal de Rendas - Gestão Tributária) Associe o número do conceito na coluna à esquerda aos parênteses na coluna à direita:

1. Mercado de créditos de carbono. 2. Bens cujo consumo é não excludente e não rival. 3. Bens cujo consumo é não excludente e rival. 4. Não desejam pagar por bens não excludentes. 5. Bens cujo custo marginal de produção é nulo.	(....) Bens de consumo não rival. (....) Caronas *(free riders)*. (....) Licenças negociáveis para poluir. (....) Bens de propriedade comum. (....) Bens públicos.

A sequência correta é:

a) 1, 4, 5, 2, 3.

b) 1, 3, 5, 2, 4.

c) 4, 3, 1, 2, 5.

d) 5, 4, 1, 3, 2.

e) 5, 3, 4, 1, 2.

Comentários:

Vamos começar pelo mais fácil. O item 4 conceitua, corretamente, os caronas:

1. Mercado de créditos de carbono. 2. Bens cujo consumo é não excludente e não rival. 3. Bens cujo consumo é não excludente e rival. 4. Não desejam pagar por bens não excludentes. 5. Bens cujo custo marginal de produção é nulo.	(....) Bens de consumo não rival. (4) Caronas *(free riders)*. (....) Licenças negociáveis para poluir. (....) Bens de propriedade comum. (....) Bens públicos.

E isso já nos deixa com apenas duas alternativas possíveis: “a” ou “d”.

O item 2, por sua vez, trata de bens públicos:

1. Mercado de créditos de carbono. 2. Bens cujo consumo é não excludente e não rival. 3. Bens cujo consumo é não excludente e rival. 4. Não desejam pagar por bens não excludentes. 5. Bens cujo custo marginal de produção é nulo.	(....) Bens de consumo não rival. (4) Caronas *(free riders)*. (....) Licenças negociáveis para poluir. (....) Bens de propriedade comum. (2) Bens públicos.

E pronto! Já temos o gabarito. Mas vamos adiante.

Os bens cujo consumo é não excludente mas rival são os bens comuns, ou bens de propriedade comum, como os peixes do mar, ou a fauna e a flora amazônicas:

1. Mercado de créditos de carbono. 2. Bens cujo consumo é não excludente e não rival. 3. Bens cujo consumo é não excludente e rival. 4. Não desejam pagar por bens não excludentes. 5. Bens cujo custo marginal de produção é nulo.	(....) Bens de consumo não rival. (4) Caronas *(free riders)*. (....) Licenças negociáveis para poluir. (3) Bens de propriedade comum. (2) Bens públicos.

A não rivalidade significa que ofertar uma unidade a mais do bem, não tem custo adicional, pois o consumo do novo consumidor não "atrapalha" o consumo dos demais (ficou doído de ler, eu sei, mas vale a pena para deixar claro). É o caso da segurança público, por exemplo:

1. Mercado de créditos de carbono. 2. Bens cujo consumo é não excludente e não rival. 3. Bens cujo consumo é não excludente e rival. 4. Não desejam pagar por bens não excludentes. 5. Bens cujo custo marginal de produção é nulo.	(5) Bens de consumo não rival. (4) Caronas *(free riders)*. (....) Licenças negociáveis para poluir. (3) Bens de propriedade comum. (2) Bens públicos.

Por fim, o mercado de créditos de carbono é algo que não está em nosso edital, mas são justamente licenças negociáveis para poluir: os países (ou empresas) que desejam produzir bens que geram poluição, pagam para compensar as externalidades negativas geradas no processo.

Gabarito: "d"

6. (FCC/2019/AFAP/Analista de Fomento - Economista) Um objetivo expansionista, tudo mais constante, pode ser alcançado por uma política

a) fiscal que aumente o gasto do governo.

b) fiscal que altere alíquotas de tributos, mantendo a arrecadação constante.

c) monetária que reduza os agregados monetários.

d) fiscal que reduza o endividamento público.

e) monetária que aumente a taxa básica de juros da economia.

Comentários:

Nosso quadro deixa claro qual é a opção correta: a alternativa "a".

Políticas Fiscais

Expansionistas	Restritivas
➲ Aumento no valor do Bolsa Família (↑G: transferências); ➲ Aumento dos subsídios dos servidores públicos federais (↑G: despesas); ➲ Construção de uma nova sede do Banco Central em Salvador (↑G: despesas); ➲ Redução da alíquota do Imposto de Renda (↓T: impostos); ➲ Isenção de IPI de eletrodomésticos (↓T: impostos).	➲ Recriação da CPMF (↑T: impostos); ➲ Fechamento de delegacias da Receita Federal (↓G: despesas); ➲ Aumento de idade mínima para aposentaria (↓G: transferências); ➲ Redução de créditos subsidiados ao agricultor (↓G: transferências); ➲ Criação do Imposto sobre Grandes Fortunas (↑T: impostos).

Vejamos as demais alternativas.

b) fiscal que altere alíquotas de tributos, mantendo a arrecadação constante.

Manter a arrecadação constante significa manter a carga tributária constante e, portanto, não se pode falar em expansão ou contração da política fiscal.

c) monetária que reduza os agregados monetários.

Reduzir os agregados monetários é o mesmo que reduzir a oferta de moeda e, por isso, indica uma política monetária contracionista.

d) fiscal que reduza o endividamento público.

Para reduzir seu endividamento, o governo precisa reduzir seus gastos, aumentar sua arrecadação, ou ambos. Isso significa política fiscal contracionista.

e) monetária que aumente a taxa básica de juros da economia.

O aumento da taxa de juros é indício de uma política monetária contracionista, uma vez que os juros são o preço do dinheiro no tempo.

Gabarito: "a"

7. (FCC/2019/AFAP/Analista de Fomento - Crédito) Um objetivo contracionista, tudo mais constante, pode ser alcançado por meio de uma política

a) monetária, que reduza o recolhimento compulsório.

b) fiscal, que aumente o gasto do governo.

c) monetária, que aumente a taxa de redesconto.

d) fiscal, que reduza os impostos.

e) creditícia, que facilite os empréstimos

Comentários:

A única alternativa que traz um exemplo de política contracionista é aquela que fala sobre política monetária contracionista, resultando de aumento da taxa de redesconto, acompanhado da consequente redução do "apetite" dos bancos para emprestar e da oferta monetária: a alternativa "c".

Desta vez, vou apenas classificar as políticas das demais alternativas.

a) monetária, que reduza o recolhimento compulsório.

Monetária expansionista.

b) fiscal, que aumente o gasto do governo.

Fiscal expansionista.

d) fiscal, que reduza os impostos.

Fiscal expansionista.

e) creditícia, que facilite os empréstimos

Monetária expansionista.

Gabarito: "c"

QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

A ideia do questionário é elevar o nível da sua compreensão no assunto e, ao mesmo tempo, proporcionar uma outra forma de revisão de pontos importantes do conteúdo, a partir de perguntas que exigem respostas subjetivas.

São questões um pouco mais desafiadoras, porque a redação de seu enunciado não ajuda na sua resolução, como ocorre nas clássicas questões objetivas.

O objetivo é que você realize uma autoexplicação mental de alguns pontos do conteúdo, para consolidar melhor o que aprendeu ;)

Além disso, as questões objetivas, em regra, abordam pontos isolados de um dado assunto. Assim, ao resolver várias questões objetivas, o candidato acaba memorizando pontos isolados do conteúdo, mas muitas vezes acaba não entendendo como esses pontos se conectam.

Assim, no questionário, buscaremos trazer também situações que ajudem você a conectar melhor os diversos pontos do conteúdo, na medida do possível.

É importante frisar que não estamos adentrando em um nível de profundidade maior que o exigido na sua prova, mas apenas permitindo que você compreenda melhor o assunto de modo a facilitar a resolução de questões objetivas típicas de concursos, ok?

Nosso compromisso é proporcionar a você uma revisão de alto nível!

Vamos ao nosso questionário:

Perguntas

1. **Qual é a definição de eficiência de Pareto?**
2. **Quais são as características dos bens públicos puros, dos bens meritórios e dos bens comuns?**
3. **Externalidades podem ser negativas ou positivas. Conceitue e defina critérios objetivos para cada tipo.**
4. **Por que externalidades positivas também são consideradas falhas de mercado?**
5. **Informações assimétricas provocam dois problemas principais. Defina esses problemas e cite exemplos de cada um deles.**
6. **Defina a Política Fiscal e seus instrumentos.**
7. **O que é a Política Monetária, quais são os instrumentos de Política Monetária e como funciona cada um deles?**
8. **Supondo que a economia esteja em recessão, que tipo de políticas econômicas poderia ser adotada e como poderia se dar sua execução?**
9. **Defina a função distributiva e cite um exemplo de seu exercício pelo Estado.**
10. **Defina a função alocativa e cite um exemplo de seu exercício pelo Estado.**
11. **Defina a função estabilizadora e cite um exemplo de seu exercício pelo Estado.**

Perguntas com respostas

1. **Qual é a definição de eficiência de Pareto?**

Uma situação econômica é dita eficiente no sentido de Pareto se não existir nenhuma forma de melhorar a situação de uma pessoa sem piorar a de outra.

Portanto, se é possível melhorar a situação de uma pessoa sem piorar a situação de outra, a situação é ineficiente.

2. **Quais são as características dos bens públicos puros, dos bens meritórios e dos bens comuns?**

Bens públicos puros: não rivais e não exclusivos.

Bens meritórios: não rivais e exclusivos.

Bens comuns: rivais e não exclusivos.

3. **Externalidades podem ser negativas ou positivas. Conceitue e defina critérios objetivos para cada tipo.**

Externalidades positivas ocorrem quando as ações do indivíduo trazem benefícios aos demais, ou negativas, quando trazem prejuízos.

Objetivamente, ocorre uma externalidade quando os custos sociais (CS) são diferentes dos custos privados (CP), ou quando os benefícios sociais (BS) são diferentes dos benefícios privados (BP).

BS>CS = externalidade positiva

BS<CS = externalidade negativa

4. **Por que externalidades positivas também são consideradas falhas de mercado?**

Porque elas ocorrem quando os benefícios sociais superam os benefícios privados, ou seja, os benefícios que o produtor concede à sociedade são maiores que aqueles pelos quais estará sendo compensado via mercado. Dessa forma, haverá tendência à sub oferta do bem ou serviço (produção menor que o ideal).

5. **Informações assimétricas provocam dois problemas principais. Defina esses problemas e cite exemplos de cada um deles.**

Risco moral e seleção adversa. O risco moral ocorre quando existe a possibilidade de uma das partes alterar seu comportamento, de forma prejudicial à outra, enquanto a seleção adversa está relacionada à escolha acidental daquilo que é justamente o contrário do que se pretendia. O risco moral está presente, por exemplo, no processo eleitoral: elegemos um representante para buscar os interesses da sociedade, mas nem sempre é o que acontece, né? E a seleção adversa ocorre

quando o banco cobra juros elevados para cobrir a inadimplência, e com isso apenas clientes propensos a inadimplir ficam dispostos a arcar com esses juros altos.

6. Defina a Política Fiscal e seus instrumentos.

A Política Fiscal consiste nas decisões e ações relacionadas aos gastos e arrecadações do governo, que a utiliza para alterar no nível de produto da economia.

Os instrumentos da política fiscal são: gastos do governo, transferência e tributação. A execução da política fiscal se dá por meio do orçamento do governo, que consiste na combinação desses três instrumentos.

7. O que é a Política Monetária, quais são os instrumentos de Política Monetária e como funciona cada um deles?

A Política Monetária diz respeito à oferta de moeda na economia. A tarefa consiste basicamente em garantir que a quantidade de moeda circulando na economia seja compatível com a demanda de moeda para as transações no lado real, ou seja, para que a compra e venda de bens e serviços ocorra.

Os principais instrumentos da política monetária são três: as taxas de redesconto, a taxa de depósitos compulsórios e as operações no mercado aberto.

Taxa de Redesconto: o Banco Central é o banco dos bancos. O redesconto é uma linha de crédito a qual os bancos podem recorrer caso precisem de dinheiro. A taxa de redesconto é os juros que os bancos devem pagar ao Bacen caso tomem emprestado algum valor. Quando o Banco Central quer estimular os bancos a emprestarem, ele reduz a taxa de redesconto, e vice-versa.

Operações em Mercado Aberto: a dívida pública federal existe na forma de títulos detidos pelos credores. Quando o Banco Central quer colocar mais dinheiro na economia, ele compra esses títulos, entregando dinheiro para seus detentores. Por outro lado, quando deseja enxugar a liquidez, o Banco Central vende os títulos públicos dos quais é detentor.

Depósitos Compulsórios: sempre que um cliente bancário realiza um depósito em sua conta, o banco precisa depositar uma parte desse dinheiro no Banco Central: o depósito compulsório. O resto ele pode emprestar aos outros clientes. Quanto maior for a alíquota (%) do compulsório, menor será a oferta monetária, pois os bancos terão menos dinheiro disponível para emprestar.

8. Supondo que a economia esteja em recessão, que tipo de políticas econômicas poderia ser adotada e como poderia se dar sua execução?

Nesse caso, as políticas expansionistas poderiam ser utilizadas.

Uma política fiscal expansionista poderia se dar por meio de aumento dos gastos do governo ou da redução da tributação.

A política monetária expansionista poderia ocorrer pela compra de títulos públicos, redução da taxa de redesconto ou redução do percentual do compulsório.

9. Defina a função distributiva e cite um exemplo de seu exercício pelo Estado.

A função distributiva é consiste na busca pela redução das diferenças econômicas e sociais da população, ou seja, na melhor distribuição da riqueza gerada em uma economia.

O exemplo mais claro em nossa economia é o programa Bolsa Família, que é uma política de redistribuição de renda. Contudo, há diversos outros exemplos: o subsídio habitacional do Minha Casa, Minha Vida, o programa Fome Zero, as alíquotas progressivas do imposto de renda (a alíquota do imposto aumenta conforme aumenta a renda tributada).

10. Defina a função alocativa e cite um exemplo de seu exercício pelo Estado.

A função alocativa consiste, basicamente, na regulação ou fornecimento de bens públicos ou semipúblicos (como saúde e educação). O Programa Mais Médicos é um exemplo de exercício da função alocativa, assim como os créditos subsidiados do BNDES.

11. Defina a função estabilizadora e cite um exemplo de seu exercício pelo Estado.

A função estabilizadora consiste em proporcionar à economia crescimento, alto índice de emprego e preços estáveis. Quando o Banco Central emite moeda e/ou quando o governo aumenta seus gastos para atenuar uma recessão, temos o exercício da política monetária.

...

E você deve ficar sentir orgulho, pois acaba de concluir o relatório mais pesado de Microeconomia!

Grande abraço e bons estudos!!!

Prof. Celso Natale

Instagram: *www.instagram.com/profcelsonatale*

LISTA DE QUESTÕES ESTRATÉGICAS

1. (FGV/ECONOMISTA MIN. CULTURA - 2006) A respeito das falhas de mercado, assinale a alternativa correta.

a) Quando o mercado aloca recursos de forma ineficiente, não há falhas de mercado.

b) A existência de bens públicos é característica de mercados perfeitamente competitivos.

c) A presença de externalidades é um exemplo de falha de mercado.

d) O governo não deve atuar quando há assimetria de informação no mercado, pois tal fato não é falha de mercado.

e) O monopólio, como forma de competição perfeita, não se caracteriza como falha de mercado.

2. (FGV - Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental/CGM Niterói/ 2018) Acerca do conceito de bens públicos, analise as afirmativas a seguir.

I. O bem público é aquele não rival e não exclusivo, tal como uma praça ou parque.

II. A característica de rivalidade dos bens semipúblicos favorece o surgimento dos free-riders (caronas).

III. Os recursos naturais são exemplos de bens meritórios, já que dependem de políticas públicas para a sua manutenção.

Está correto o que se afirma em:

a) I, apenas.

b) II, apenas.

c) III, apenas.

d) I e II, apenas.

e) I, II e III.

3. (2010/FGV/RECEITA ESTADUAL AP/Fiscal) As alternativas a seguir apresentam fatores que contribuem diretamente para o aumento da demanda agregada para um nível de preços dado, à exceção de uma. Assinale-a.

a) A redução do imposto de produtos industrializados (IPI).

b) A redução das compras do governo.

c) O lançamento de um programa de investimentos em infraestrutura pelo governo.

d) O aumento das exportações líquidas do país.

e) O investimento em uma nova fábrica de sapatos no país.

4. (FCC/2015/TCM-GO/Auditor Conselheiro Substituto) Os bens públicos têm por característica serem

a) bens rivais e excludentes.

b) bens rivais e não excludentes.

c) bens não rivais e excludentes.

d) apenas bens não excludentes, podendo ser rivais ou não rivais.

e) bens não rivais e não excludentes.

5. (FCC/2013/SEFAZ SP/Agente Fiscal de Rendas - Gestão Tributária) Associe o número do conceito na coluna à esquerda aos parênteses na coluna à direita:

1. Mercado de créditos de carbono. 2. Bens cujo consumo é não excludente e não rival. 3. Bens cujo consumo é não excludente e rival. 4. Não desejam pagar por bens não excludentes. 5. Bens cujo custo marginal de produção é nulo.	(....) Bens de consumo não rival. (....) Caronas *(free riders)*. (....) Licenças negociáveis para poluir. (....) Bens de propriedade comum. (....) Bens públicos.

A sequência correta é:

a) 1, 4, 5, 2, 3.

b) 1, 3, 5, 2, 4.

c) 4, 3, 1, 2, 5.

d) 5, 4, 1, 3, 2.

e) 5, 3, 4, 1, 2.

6. (FCC/2019/AFAP/Analista de Fomento - Economista) Um objetivo expansionista, tudo mais constante, pode ser alcançado por uma política

a) fiscal que aumente o gasto do governo.

b) fiscal que altere alíquotas de tributos, mantendo a arrecadação constante.

c) monetária que reduza os agregados monetários.

d) fiscal que reduza o endividamento público.

e) monetária que aumente a taxa básica de juros da economia.

7. (FCC/2019/AFAP/Analista de Fomento - Crédito) Um objetivo contracionista, tudo mais constante, pode ser alcançado por meio de uma política

a) monetária, que reduza o recolhimento compulsório.

b) fiscal, que aumente o gasto do governo.

c) monetária, que aumente a taxa de redesconto.

d) fiscal, que reduza os impostos.

e) creditícia, que facilite os empréstimos.

Gabarito

1. C
2. A
3. B
4. E
5. D
6. A
7. C

ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE:
PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.

1.

Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.

2.

Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).

3.

Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).

4.

Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).

5.

Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).

6.

Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).

7.

Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.

8.

O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.

Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.